

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Por que lembrar? Para que lembrar? Dilemas sobre a Ditadura Militar Brasileira

Joana D'Arc Fernandes Ferraz*

Résumé

L'expérience de la Dictature Militaire au Brésil (1964-1985) encore est gardée dans le souvenir de beaucoup adversaires du régime, de leurs parents et de la société brésilienne. L'ange de l'histoire, allusion à l'aquelle Benjamin se fait à marque un regard entrecroisé entre cadeau, passé et futur. La mémoire détestée dans Nietzsche perpétuel les oppressions et les horreurs. Comment comprendre une vision sur le passé où le temps et les sujets soient des ressignificados? Comment la mémoire, qui sort de l'oralité et s'éternise dans l'écriture peut nous aider à comprendre mieux un passé encore aussi mal décidé dans notre société ? Ou ce sera qu'elle (la mémoire écrite) ne restera pas incapable de transcrire les horreurs, les traumatismes, par l'incapacité elle-même de la linguistique d'exprimer le sens benjaminiano de l'expérience ?

Mots-clé : Mémoire - Dictature Militaire Brésilienne - Expérience Benjaminiana

Eles povoam a minha memória com a sua presença sem rosto e se eu pudesse concentrar numa imagem todo o mal do nosso tempo, escolheria essa imagem que é familiar: um homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar, não se possa ler o menor pensamento. (Primo Levi, em É Isto um Homem?)

As nossas primeiras indagações residem no ato de lembrar. Por que lembrar a ditadura brasileira? E para que lembrar dela? Sabemos que lembrar não é um ato isolado de significados. Implica em uma postura ética e política do pesquisador e em um olhar atento em relação a quem lembra, como lembra e por que lembra. Mas, também fazem parte do ato de lembrar o ato de esquecer e escrever¹. São nessas três dimensões que procuraremos concentrar neste trabalho o estudo da memória da ditadura brasileira.

¹* **Joana D'Arc Fernandes Ferraz** é professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO), inserida pelo Programa de Absorção de Recém-Doutores (PRODOC/CAPES). Doutora em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ) e Pesquisadora Associada do Laboratório dos Estudos sobre as Diferenças e Desigualdades Sociais – LEDDES/UERJ.

Jeanne-Marie Gagnebin (2006), em recente livro *Lembrar, Esquecer e Escrever* escreve sobre as possibilidades destes atos. A poesia contida neste livro, despertou-me a possibilidade de pensar a memória da ditadura brasileira a partir destes atos.

O estudo da memória de pessoas que passaram por situações traumáticas² requer muito cuidado. Nem todo lembrar é resultado de um desejo racional e consciente do sujeito. Do mesmo modo, nem todo esquecimento é fruto de uma ação perfeitamente ajustada pelo indivíduo. Há um meio do caminho entre o racional e o irracional, entre a ação deliberada de lembrar e a ação involuntária de lembrar, que seja em que época for, nem o sujeito e nem a sociedade estarão preparados para pensar. Nas entrevistas com as pessoas atingidas pela ditadura brasileira, em muitos relatos, estão presentes estas dimensões da memória. Na medida e que os entrevistados vão se tornando mais calmos, e expondo as suas memórias, algo escapole ao que ele havia previamente preparado para falar. E isso fica claro, porque o próprio sujeito fala: - *não sei por que resolvi falar isso agora.*

Há casos em que lembrar é resistir, é impedir que o tormento ganhe força, é enfrentar um vazio. Em outros casos, lembrar é entrar no túmulo, é sucumbir, é permitir que fatos, gestos, horrores penetrem nos mais misteriosos recônditos de nossa mente. Em outros casos, por mais que seja difícil e doloroso, o ato de lembrar nos remete às dores, mas igualmente às superações dessas dores, transpõe o sofrimento e funciona como um ato político.

Este é particularmente o ato que queremos trazer para discussão neste trabalho. Este lembrar, sofrido e agonizante, é muito diferente do lembrar descomprometido, desvinculado de uma luta contra o esquecimento, ou de um lembrar que somente enxerga a si e o seu passado. Trata-se de um lembrar que é carregado de dores, mas que não quer fixar-se em si mesmo, não quer ser circular e auto-centrado, não quer viver dos rancores e das acusações do passado.

No lembrar a que nos referimos há superação, perlaboração, como assinala Jeanne-Marie Gagnebin³. Gagnebin (2006: 104), inferindo-se ao trabalho de Paul Ricoeur, assinala que para que o paciente consiga alcançar o processo de ‘perlaboração’, para que consiga sair da repetição compulsiva, isto é, reencenada, deve (...) sair do registro da queixa e da acusação.

² A situação traumática classifica-se como uma situação em relação à qual o indivíduo não foi preparado bio-psico e socialmente para enfrentar, ficando, pois, impossibilitado de compreender, através dos mecanismos simbolicamente construídos na sociedade, um entendimento coerente sobre o que viveu.

³ Artigo escrito para o jornal do Grupo Tortura Nunca Mais.

Olhar o passado para transformar o presente. Não se trata de uma eterna “presentificação” do presente, mas da possibilidade de saída da dor. Uma das saídas é o registro mental e o registro é a lembrança, entendida como uma proposição afirmativa do sujeito, não vitimizada, não auto-centrada. A outra saída somente poderá existir se o indivíduo ou os grupos, diante da dor, puder (rem) responder: sim, estou sofrendo, mas o que eu faço com esta dor? Este é o momento da perlaboração a que Gagnebin se refere, quando o indivíduo transforma a dor, o luto em luta.

O que irá definir as diferentes modalidades do lembrar é o uso político que fazemos dele para enfrentar os desafios do presente. “Toda memória revela o que não pode ser esquecido e esquece ou sufoca o que não pode ser revelado, daí não há dúvida de que toda memória é seletiva e de que esta seleção está relacionada ao uso político que fazemos dela.” (FERRAZ, 2006:5)

Neste sentido, a forma como o presente recria o passado, a forma como o passado interfere nas lutas do presente são significativas. Este lembrar, definido por Gagnebin como o lembrar ativo, está presente em Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur. Um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e também do presente. (GAGNEBIN, 2006: 105).

No entanto, em muitos casos, é preciso esquecer. Há os que lembram para morrer, como em Primo Levi e há os que esquecem para viver. Uma entrevistada falou para mim:

Eu preciso esquecer isso, [ela não me disse o que ela precisava esquecer] não posso dormir todos os dias com isso na minha cabeça. - Minha filha, desculpe.

O indivíduo, sozinho, não tem suporte para esquecer este trauma. Primo Levi, referindo a essas lembranças assinala: “Nessas lembranças a gente pode pensar, falar não.”

A saída de uma situação traumática é muito difícil, e a maioria das pessoas prefere o cômodo caminho do esquecimento. Só que sempre há uma volta. Aquilo que não foi digerido retorna ruminando a nossa alma, o ódio é interiorizado pelo indivíduo. É o eterno retorno do recalçado a quem Nietzsche se refere.

A saída desta situação depende de uma tomada de posição do sujeito e dos grupos de atualizarem a sua luta em outras lutas. No entanto, será que tudo deve ser lembrado? Referimos-nos à possibilidade dos grupos, que foram seqüestrados por um Estado opressor, conscientemente entenderem que devem esquecer determinados fatos vividos. Não acho que o Estado, ou que os indivíduos, isoladamente, possam agir desta forma, embora esta seja uma tendência. Mas, há uma diferença fundamental entre o desejo de esquecimento do Estado e o mesmo desejo das pessoas atingidas.

Sabemos o quanto o Estado brasileiro tentou soterrar as opressões que promoveu. As formas mais cruéis de soterramento foi o desaparecimento de muitos corpos, o rapto dos arquivos, a negação da tortura e a desqualificação moral dos opositores. O Estado jamais poderá esquecer, porque esquecer, neste caso, significa estar potencialmente pronto a novas tiranias. Poder e tirania estão muito próximos, o limite entre ambos é a história e a memória, que recobra as opressões do passado. É preciso lembrar para que não se esqueça jamais. Daí a importância dos monumentos, eles eternizam a memória.

Nas lembranças individuais também permanecem os esquecimentos, aquilo que jamais poderá ser falado e que não cabe a ninguém cobrar. Esta questão é extremamente delicada. Na memória das torturas promovidas pela ditadura os torturados, em muitos casos, recusam-se a lembrar, de diferentes incômodos, por exemplo das torturas que sofreram, ou mesmo das torturas que fizeram os outros sofrerem, ao revelarem um “aparelho”. Em muitas entrevistas essa questão foi explicitada. Os entrevistados falaram: “tem coisas que eu não falo, que eu acho que não devo falar. Ninguém precisa saber”.

Não se deve avaliar o conteúdo moral da delação sob tortura. Não existe conteúdo moral para uma situação negadora do sujeito. Neste ponto, Primo Levi, referindo àqueles que colaboraram com o fascismo nos campos de concentração, pode nos ajudar. Em sua análise, quando vivemos numa situação que está aquém da nossa condição humana, várias outras manifestações podem advir daí, e ninguém deve cobrar do indivíduo suas ações naquela situação.

Muitíssimos foram os meios que imaginamos para não morrer: tantos quantos são os temperamentos humanos. Cada um implicava uma luta extenuante de cada um contra todos, e muitos deles uma longa série de aberrações e compromissos. A não

ser por grandes golpes de sorte, era praticamente impossível sobreviver sem renunciar a nada de seu próprio mundo moral. (LEVI, 2000: 93)

É interessante observarmos que Levi inclui-se nesta fala. Ele mesmo revela que em muitas situações precisou abdicar do seu mundo moral para sobreviver. Esta situação provoca uma culpa imensa e isso é tão cruel e negativo para o sujeito que ele é incapaz de conseguir revelar. No Brasil, após a anistia, na década de 80, vivemos um período de “justiçamento”, quando os opositores do regime cobravam dos seus companheiros a delação aos outros que estavam fora. Neste período houve uma verdadeira “caça às bruxas”. Muitos foram mortos, para vingar a morte dos que se foram. Hoje, embora ainda haja em alguns grupos esta reivindicação, já se pode ver um discurso bastante amadurecido entre os que reivindicam o esquecimento. Segundo uma das entrevistadas,

Se cobramos do indivíduo que, sob tortura, revelou algum aparelho, estaremos agindo exatamente como o Estado agiu sobre nós: nos culpabilizando, caçando bruxas, buscando o bode expiatório.

Neste caso, esquecer é um ato político de coesão do grupo, é uma aposta no apaziguamento de si, sem, no entanto, ficarmos cegos diante das dores e dos sofrimentos que provocamos.

Uma outra possibilidade política do esquecimento refere-se às formas de tortura que ultrapassam em muito a dignidade da pessoa, que mexem com as questões mais singelas da subjetividade. Serão os pessoas obrigadas a revelar para a sociedade tudo o que viveram sob tortura? Será que não existem algumas lembranças, tão insuportáveis, que o melhor seria procurar esquecer, ou mesmo deixar que elas morram com aquele grupo? Será que o, reforço de certas lembranças não ajudam mais o torturador que o próprio torturado? O torturador é um vampiro, ao tentar desvitalizar o torturado o torturador ganha vida, então, as lembranças que desvitalizam devem ser politicamente pensadas pelos grupos envolvidos.

O esforço de lembrar esses acontecimentos, tão implicados na subjetividade, pode trazer para o sujeito uma sensação de incapacidade de continuar vivo. Há os que falam para morrer. Cabe assinalar que as memórias também devem ser construídas de esquecimentos. Mas estes esquecimentos devem ser conscientemente construídos pelos grupos que sentiram

os horrores do regime. Cabe aos grupos a escolha do que lembrar e do que esquecer, a partir de um posicionamento político.

Nem tudo deve ficar registrado. O registro escrito dos acontecimentos possui um duplo caráter. Por um lado, há a possibilidade de se eternizar; por outro, pode perder muitos dos seus significados. Gagnebin (2005:52), inferindo sobre a decadência da escrita em Platão, no *Fedro*, argumenta

Tamuz, rei solar que não precisa escrever para garantir a durabilidade de sua palavra (...): a escrita só fará aumentar o esquecimento dos homens pois eles colocarão sua confiança 'em signos exteriores e estrangeiros' ao invés de treinarem a única memória verdadeira, a memória interior à alma.

Se a escrita tem o dom de eternizar a memória, de monumentalizá-la, ela também pode colocá-la em um canto qualquer, assentada e sem vida. Benjamin, referindo-se aos males que a modernidade nos trouxe, nos fala sobre a perda da oralidade e da capacidade de expressarmos a experiência. Esta capacidade é a própria capacidade da memória, que não se reduz ao mundo racional, mas implica também aspectos incontroláveis, involuntários.

Lembrar, esquecer e escrever sobre a ditadura brasileira são atos que nos remetem não somente aos indivíduos que se opuseram ao regime. Se o passado domina o presente, vivemos permanentemente divididos e aterrorizados. Se o presente domina o passado esquecemos de lembrar fatos e sentimentos que poderiam nos auxiliar numa melhor compreensão do presente.

Lembramos, de maneira geral, por que somos filhos do tempo e, em certa medida, responsáveis pelas ações dos que nos precederam. Não podemos negligenciar o fato de que trazemos em nossos *habitus*⁴ os *habitus* dos grupos com os quais temos atrelados a nossa história. Norbert Elias assinalou que “todos os homens transportam consigo, no seu *habitus* pessoal, particularidades do *habitus* do seu grupo, e que o destino de cada homem singular é determinado também pelo destino e pela reputação dos grupos a que ele ou ela pertencem.” (ELIAS, 1985: 51)

⁴ Há muita diferença entre o conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu e em Norbert Elias. Embora Elias não o defina tão claramente quanto Bourdieu, entendemos que *habitus* para Elias são disposições sociais que ligam os indivíduos em suas relações de interdependência

A ditadura e as suas conseqüências destruidoras não atingiu somente os opositores do regime, atingiu todos nós. A sociedade brasileira é marcada até hoje pelas formas nefastas de autoritarismos. Por isso, não podemos deixar de olhar diferentes tiranias da memória. A memória, que somente objetiva circunscrever-se no tempo, não guarda em si os germes de sua superação. As tiranias, que devem definitivamente ser extintas, não podem ser olhadas somente no tempo em que nos afetou. Pensar as novas formas de tirania, a atualização e reprodução da repressão em diferentes modalidades da vida social, é buscar uma saída não somente para si, mas para o sofrimento coletivo.

Bibliografia

ELIAS, Norbert. 1985. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FERRAZ, Joana D`Arc Fernandes. 2006. “Os Desafios da Preservação da Memória da Ditadura no Brasil”. Trabalho apresentado no XXX Congresso Nacional da Anpocs.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. 2006. *Lembrar, Esquecer e Escrever*. São Paulo: Ed. 34.

_____. 2005. *Sete Aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro: Imago.

LEVI, Primo. 2000. *É isto um Homem*. Rio de Janeiro: Rocco.